



**EDITAL**

O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ, por intermédio do Setor de Licitação, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

<p><b>PREGÃO ELETRÔNICO:</b> <b>1630/2024</b></p> <p><b>Número para localização no</b> <b>compras.gov: 91630/2024</b></p> <p><b>TIPO:</b> menor preço</p> <p><b>UASG 926277</b></p>	<p><b>Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas:</b></p> <p><b>A partir das 09:00 horas do dia 22/10/2024</b></p> <p>Início da sessão / disputa de lances:</p> <p><b>09:00 horas do dia 06/11/2024</b></p> <p>Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.</p>
---	--

**1. OBJETO:**

**1.1.** A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviço de controle de qualidade em equipamentos de radiodiagnóstico, incluindo revisão do projeto de radioproteção e radiometria das salas do Centro de Imagem do Hospital Universitário do Oeste do Paraná e controle de qualidade para o Laboratório de Radiologia do Curso de Odontologia, Unioeste, Campus de Cascavel.

**2. VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:**

**2.1.** O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 209.135,04 (duzentos e nove mil, cento e trinta e cinco reais e quatro centavos)**.

**3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

**3.1.** As despesas decorrentes da contratação dos Serviços desenvolvidos no **Centro de Imagens/HUOP** correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento geral do Estado, conforme dotação abaixo especificada:

**3.1.1.** Gestão/Unidade: 4760;

**3.1.2.** Fonte de Recursos: 500;

**3.1.3.** Programa de Trabalho: 8170;

**3.1.4.** Elemento de Despesa: 3390.39.17;

**3.2.** As despesas decorrentes da contratação dos Serviços desenvolvidos no **Laboratório de Radiologia do Curso de Odontologia Unioeste Campus de Cascavel** correrão à conta de recursos específicos conforme:

**3.2.1.** O serviço prestado será pago com recursos provenientes da prestação de atendimentos realizados no Centro Clínico de Odontologia o qual possui convenio com a 10ª Regional de Saúde a qual presta atendimentos a pacientes cadastrados no Sistema único de Saúde (SUS), conforme dotação orçamentária abaixo discriminada:

**3.2.1.1.** Identificação da despesa: SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS E MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

**3.2.1.2.** Programa de trabalho: 4534.12.364.34.8128;

**3.2.1.3.** Natureza da Despesa: 3390.3905 / 3390.3917;

**3.2.1.4.** Fonte de Recursos: 899;

**3.2.1.5.** Detalhamento de Fonte: 0000 – sem marcador



#### 4. SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

4.1. O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações [compras.gov.br](https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp). O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp>.

4.2. O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/>, <https://www.comprasparana.pr.gov.br> e <https://huopforum.unioeste.br/index.php>.

4.3. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) Verônica Zanchettin e equipe de apoio, designadas pela Resolução/Portaria n.º 1131/2024 - GRE, servidores(as) do setor de licitação do Hospital Universitário do Oeste do Paraná.

E-mail: [huop.licitacoes@unioeste.br](mailto:huop.licitacoes@unioeste.br)

Telefones: 45 3321-5125, 3321-5486; 3321-5485

Whatsapp: informações sobre edital (pregoeiros) 45 3321-5125.

Endereço: Avenida Tancredo Neves, 3224, Cascavel - Paraná.

O atendimento será feito no horário das 08h às 12 h e das 12:30h às 16:30 h.

#### 5. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

##### 5.1. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

5.1.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame (até as 23:59 do dia 31/10/2024), através do endereço eletrônico [huop.licitacoes@unioeste.br](mailto:huop.licitacoes@unioeste.br) pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

##### 5.2. RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

5.2.1. As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por campo específico no sítio eletrônico <http://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp>, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

##### 5.3. DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

5.3.1. Durante o curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão disponíveis para os interessados no sistema E-Protocolo, acessível através do site <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/entrada.do>. Os interessados devem solicitar acesso para visualização do protocolo via sistema.

#### 6. CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1. A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2. A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.



## CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

### 1. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: soma dos valores unitários dos itens que compõem o lote

1.1. Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixados neste Edital.

### 2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: lote

2.1. Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o soma dos valores unitários dos itens que compõem o lote, fixado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.1.1. Os valores que permanecerem acima (ou com lances negativos, no caso de critério de julgamento de maior desconto) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s), nesta fase, serão desclassificados”.

2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de menor preço.

2.3. Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima (ou com lances negativos, no caso de critério de maior desconto) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s), serão desclassificadas.”

### 3. PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

3.1. O prazo de validade das propostas deverá ser de no mínimo 90 dias, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital conforme CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO disposto no item 4 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

### 4. PROPOSTA PARCIAL:

4.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

### 5. RESERVA DE LOTES PARA ME E EPP:

5.1. A licitação será de ampla concorrência considerando o objeto do contrato, suas especificidades e sua forma de execução

5.2. Com relação a cota de até 25% para ME/EPP, informamos que os itens do processo não são passíveis de divisão considerando que para a realização do serviço é inviável mais de uma empresa, pelos motivos já apontados no item 3 do anexo I.

5.3. O objeto desta licitação NÃO é passível de divisibilidade, tendo em vista a complexidade do serviço a ser contratado, a necessidade de compatibilidade dos processos sem que haja prejuízo à segurança do processo e do paciente

### 6. AMOSTRA:

6.1. Não há exigência de amostra para este processo.

### 7. GARANTIA:

7.1. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL: Não haverá exigência de garantia contratual.

7.2. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS: Não há previsão para este processo

### 8. CONSÓRCIO:

8.1. Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio.



#### 9. ANEXOS:

- Anexo I - Termo de referência
- Anexo II - Dos documentos
- Anexo III - Modelo de proposta de preços
- Anexo IV - Modelo de procuração
- Anexo V - Declaração conjunta (obrigatória)
- Anexo VI - Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte
- Anexo VII - Minuta do contrato de fornecimento
- Anexo VIII - Modelo de ordem de compra ou instrumento equivalente



## CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

### 1. A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

- 1.1. O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do [compras.gov.br](https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp), na página <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp>.
- 1.2. O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual Compras.gov.
- 1.3. O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.
- 1.4. Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal no Compras.gov.
  - 1.4.1. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas implica em sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 1.5. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

### 2. EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.
- 2.2. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e Sistema de Compras do Governo Federal <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio de Certificado Digital conferido pela infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 2.3. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.4. Recomenda-se a prévia inscrição no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUF/PR, por intermédio do portal de Compras do Governo do Estado do Paraná ([www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br)), nos Decreto Estadual n.º 4258 de 30 de novembro de 2023.
- 2.5. Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 1 - A REALIZAÇÃO DO PREGÃO do presente Edital.
- 2.6. Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:
  - 2.6.1. tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;
  - 2.6.2. constituírem as pessoas jurídicas que foram apenas conforme item 2.6.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
  - 2.6.3. tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.6.2;
  - 2.6.4. não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;
  - 2.6.5. mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - 2.6.6. o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.
- 2.6.6.1. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.
- 2.6.7. As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 2.7. A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022  
Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br>

Minuta\_PE\_1630\_2024\_servico\_dosimetria\_equipamentos





- 2.8. Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.
- 2.9. O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

### 3. PROPOSTA INICIAL

- 3.1. Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:
- 3.1.1. o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;
- 3.1.2. a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.
- 3.2. A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.
- 3.2.1. A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).
- 3.3. Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.
- 3.3.1. Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.
- 3.3.2. Juntamente com a proposta **é obrigatório o envio de declaração** constando todas as informações dispostas no modelo do Anexo V deste edital.
- 3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 3.5. O(a) Pregoeiro(a), poderá verificar as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificar aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

### 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto;
- 4.1.2. Marca/modelo/referência;
- 4.1.3. Fabricante;
- 4.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, **número do registro ou inscrição do bem no órgão competente**, quando for o caso.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, **quanto na etapa de lances**, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, **não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto**, podendo sofrer sanção prevista no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 4.4.1. Caso o proponente ofertar um lance equivocadamente e, no mesmo momento verificou o erro, há possibilidade da empresa ligar diretamente para o pregoeiro, através do telefone 45 3321-5125, solicitando e justificando o cancelamento do último lance, sendo que **somente poderá ocorrer a exclusão do lance se a fase de lance do item ainda não tiver sido concluída**.
- 4.4.1.1. **Caso não haja tempo hábil para o pregoeiro excluir o lance, a empresa deverá honrar com o lance ofertado sob pena de sofrer sanção conforme informa o item 4.4.**
- 4.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (dias) a contar da data de sua apresentação.
- 4.6. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.



## 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.1.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.1.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.1.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico de licitação, sendo informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.4.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

5.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1,0% (um por cento).

5.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.12. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.



**5.20.** Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.21.** A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.22.** Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.23.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.24.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.25.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**5.26.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

**5.27.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**5.27.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.27.2.** O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, dos documentos de habilitação conforme solicitado em edital.

**5.27.3.** É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.27.2.

**5.28.** Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

**6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**6.2.** O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V da citada Instrução, sob pena de desclassificação.

**6.3.** Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**6.3.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**6.4.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**6.5.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, ou análise técnica, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema.

**6.6.** É facultado ao pregoeiro solicitar a complementação da proposta e/ou de documentos de habilitação e/ou específicas do item, os quais deverão ser encaminhados, via sistema de licitação, no prazo máximo de 02 (duas) horas após a convocação do pregoeiro, sob pena de desclassificação da proposta.





6.7. O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.7.1. Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.8. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.9. Serão avaliados os critérios estabelecidos no item 10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA

6.9.1. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.9.2. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa (Brasil), necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

6.9.3. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.9.4. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manipuladas, abertas, furadas, cortadas e/ou desmontadas, se necessário, a fim de possibilitar a análise da equipe técnica, não gerando direito a ressarcimento.

6.9.5. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras em conformidade não serão devolvidas aos proponentes, as consideradas não conformes deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 30 (dias) dias, após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6.10. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

6.11. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

## 7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III - ), os documentos de habilitação (conforme Anexo II - DOS DOCUMENTOS e do item 10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO do Termo de referência (Anexo I - ) até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (<https://www.gms.pr.gov.br/gms/loginUsuario.do?action=iniciarProcesso>), desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022  
Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br>

Minuta\_PE\_1630\_2024\_servico\_dosimetria\_equipamentos



## 8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

**8.1.** A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

**8.1.1.** Deverá ser informada marca, modelo e referência, se for o caso, do produto ofertado. No caso de o descritivo exigir registro em órgão específico, o número do registro também deverá constar na proposta.

**8.1.2.** A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

**8.1.3.** As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

**8.1.3.1.** Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

**8.1.4.** Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

**8.1.5.** Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

**8.2.** Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo V - DECLARAÇÃO CONJUNTA

## 9. OS RECURSOS

**9.1.** Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa de antecede a adjudicação.

**9.1.1.** As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico de licitações e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

**9.2.** Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio do sistema eletrônico de licitações e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

**9.3.** A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

**9.4.** As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

**9.5.** Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

**9.6.** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

## 10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**10.1.** Para a habilitação os interessados deverão estar com o cadastro no GMS - Gestão de Materiais e Serviços do Governo do Estado do Paraná completo e não somente o simplificado, será habilitado com o

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022

Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br>

Minuta\_PE\_1630\_2024\_servico\_dosimetria\_equipamentos



simplificado, somente se for comprovado que o cadastro completo não foi finalizado devido a problemas no GMS. Link para o cadastro completo, <http://www.comprasparana.pr.gov.br>.

**10.2.** No caso previsto no item 10.1, a proponente terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para a realização do cadastro completo, podendo ser prorrogado por mais 05 (cinco) dias úteis, sob pena de, se não o fizer, decadência do direito à habilitação. Sendo a fase retornada no certame para o julgamento da proposta da próxima colocada.

**10.3.** Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

**10.4.** Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

## 11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

**11.1.** O adjudicatário será notificado para assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital ou entregar o objeto do processo licitatório conforme ordem de compra ou documento equivalente.

**11.2.** Para a assinatura do contrato ou emissão ordem de compra ou instrumento equivalente, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

**11.3.** Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

**11.4.** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

**11.5.** Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato ou proceder a entrega do objeto conforme ordem de compra ou instrumento equivalente, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

**11.5.1.** A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo conforme código disciplinar para eventual aplicação de sanções administrativas.

**11.5.2.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

**11.6.** A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

**11.7.** Antes de cada pagamento, o setor financeiro realizará consulta no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço – GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

## 12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**12.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**12.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

**12.2.1.** multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;



- 12.2.2.** multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- 12.2.3.** multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- 12.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.
- 12.4.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.
- 12.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.
- 12.5.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.
- 12.6.** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.
- 12.7.** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.
- 12.8.** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.
- 12.9.** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUF/PR).

### 13. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1.** Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.
- 13.2.** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
- 13.3.** É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 13.4.** O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.
- 13.5.** A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.
- 13.6.** Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.
- 13.7.** Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.
- 13.8.** A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.





Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE  
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP  
Processo e-protocolo nº 21.223.076-6  
Pregão eletrônico 1630/2024



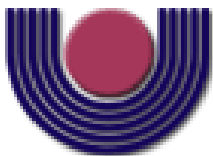
**13.9.** O foro é o da Comarca da Cascavel, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

Cascavel, 18 de outubro de 2024.

**Rafael Muniz de Oliveira**  
Diretor Geral e Ordenador de Despesas  
Hospital Universitário do Oeste do Paraná

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022  
Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br>  
Minuta\_PE\_1630\_2024\_servico\_dosimetria\_equipamentos





## Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

#### 1.1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

**1.1.1.** Contratação de empresa para prestação de serviço de controle de qualidade em equipamentos de radiodiagnóstico, incluindo revisão do projeto de radioproteção e radiometria das salas do Centro de Imagem / HUOP, conforme condições, especificações, valores e estimativas de consumo, pertencente ao Serviço de Radiologia, Hemodinâmica, Tomografia, Mamografia, CEAPAC, Ultradiagnóstico e outros/Centro de Imagem/HUOP e controle de qualidade para o Laboratório de Radiologia do Curso de Odontologia Unioeste Campus de Cascavel, atendendo assim a demanda de cumprimento das legislações vigentes pelo CNEN. Vigilância Sanitária e ANVISA, conforme especificações das planilhas abaixo:

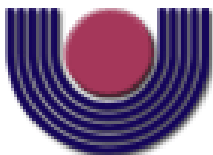
Tabela 1 – Dos itens

**Lote: 1 – Realizado no Centro de Imagens do HUOP - Valor total R\$ 181.328,12**

Item	Código Material	Un. Med.	Quantidade	VI. Máximo Edital	VI total edital	A/C/B
1	70904 Levantamento Radiométrico em Equipamento de Raio X convencional. GMS 0404.95442	un	4,0000	922,9300	3.691,7200	N/N/N
2	77311 Levantamento Radiométrico em equipamento de raio x odontológico panorâmico. GMS 0404.98760	un	2,0000	581,1600	1.162,3200	N/N/N
3	70906 Levantamento Radiométrico em sala de Tomografia. Cód. BR aprox. 14524. GMS 0404.95015	un	4,0000	692,3200	2.769,2800	N/N/N
4	77312 Levantamento Radiométrico em sala de Desintometria. Cód. BR aprox. 14524. GMS 0404.98761	un	2,0000	1.016,9300	2.033,8600	N/N/N
5	77313 Levantamento Radiométrico em sala de Mamografia. Cód. BR aprox. 14524. GMS 0404.98762	un	2,0000	966,9300	1.933,8600	N/N/N
6	70905 Levantamento Radiométrico em sala de Hemodinâmica. Cód. BR aprox. 14524. GMS 0404.95014	un	4,0000	1.011,4500	4.045,8000	N/N/N
7	77315 Teste de radiação de fuga em Equipamento de Raio X convencional. GMS 0404.98765	un	4,0000	957,6300	3.830,5200	N/N/N
8	77316 Teste de radiação de fuga em Equipamento de Raio X móvel. GMS 0404.98756	un	16,0000	986,4500	15.783,2000	N/N/N
9	77317 Teste de radiação de fuga em equipamento de raio x odontológico móvel. GMS 0404.98767	un	8,0000	607,5800	4.860,6400	N/N/N
10	77318 Teste de radiação de fuga em equipamento de raio x odontológico panorâmico. GMS 0404.98769	un	2,0000	640,2600	1.280,5200	N/N/N
11	77320 Teste de radiação de fuga em Equipamento de Hemodinâmica. GMS 0404.98771	un	4,0000	986,4500	3.945,8000	N/N/N
12	77322 Teste de radiação de fuga em Equipamento de Mamografia. GMS 0404.98775	un	2,0000	890,9700	1.781,9400	N/N/N
13	77323 Teste de radiação de fuga em Equipamento de Arco Cirúrgico. GMS 0404.98763	un	8,0000	986,4500	7.891,6000	N/N/N
14	70907 Testes de Controle de Qualidade (Constância) em Equipamento de Raio-x Convencional. CÓDIGO GMS: 0404.95016	un	4,0000	1.095,9000	4.383,6000	N/N/N
15	70910 Testes de Controle de Qualidade (Constância) em Equipamento de Raio X Móvel. CÓDIGO GMS: 0404.95018	un	16,0000	1.067,6600	17.082,5600	N/N/N
16	77324 Testes de Controle de Qualidade (Constância) em Equipamento de raio x odontológico móvel. GMS 0404.98911	un	8,0000	1.001,9500	8.015,6000	N/N/N
17	77325 Testes de Controle de Qualidade (Constância) em Equipamento de raio x odontológico panorâmico. GMS 0404.99144	un	2,0000	783,6800	1.567,3600	N/N/N
18	70908 Testes de Controle de Qualidade (Constância) em Equipamento de Tomografia. Código GMS 0404.95203	un	4,0000	1.526,3000	6.105,2000	N/N/N
19	77326 Testes de Controle de Qualidade (Constância) em Equipamento de desintometria. GMS 0404.99145	un	2,0000	1.201,1200	2.402,2400	N/N/N

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022

Minuta\_PE\_1630\_2024\_servico\_dosimetria\_equipamentos



Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE  
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



20	70912	Testes de Controle de Qualidade (Constância) em Equipamento de Mamografia. CÓDIGO GMS: 0404.95021	un	2,0000	1.172,1000	2.344,2000	N/N/N
21	70909	Testes de Controle de Qualidade (Constância) em Equipamento de Hemodinâmica. CÓDIGO GMS: 0404.95017	un	4,0000	1.312,9800	5.251,9200	N/N/N
22	70911	Testes de Controle de Qualidade (Constância) em Equipamento de Arco Cirurgico. CÓDIGO GMS: 0404.95020	un	8,0000	1.288,2900	10.306,3200	N/N/N
23	70913	Teste de controle de qualidade (Constância) com fantom apropriado para avaliação em ultrasson tipo "Multi-purpose Multi-tissue" em Ultrasson. GMS: 0404.95042	un	32,0000	1.398,2000	44.742,4000	N/N/N
24	77327	Testes de Controle de Qualidade (Constância) em Equipamento de ressonância. GMS 0404.99146	un	2,0000	1.210,4000	2.420,8000	N/N/N
25	77328	Testes de Controle de Qualidade (Constância) em Equipamento de placas digitais. GMS 0404.99147	un	18,0000	250,0000	4.500,0000	N/N/N
26	77329	Testes de Controle de Qualidade (Constância) em Equipamento de litotripsia. GMS 0404.99168	un	2,0000	990,1000	1.980,2000	N/N/N
27	70916	Teste de Integridade de Equipamento de Proteção Individual (EPI). CÓDIGO GMS: 0404.95023	un	100,0000	43,0000	4.300,0000	N/N/N
28	70917	Teste de integridade de Chassi/Contato tela filme ou placas digitais. CÓDIGO GMS: 0404.95024.	un	108,0000	75,0000	8.100,0000	N/N/N
29	70918	Teste de Luminância do Negatoscópio. CÓDIGO GMS: 0404.95025	un	4,0000	132,5000	530,0000	N/N/N
30	70915	Revisão do Projeto de Radioproteção no Setor de Imagens. CÓDIGO GMS: 0404.95026	un	2,0000	1.142,3300	2.284,6600	N/N/N

**Lote: 2 – Realizado Laboratório de Radiologia do Curso de Odontologia Unioeste Campus de Cascavel - Valor total R\$ 27.806,92**

Item	Código	Material	Un. Med.	Quantidade	VI. Máximo Edital	VI total edital	A/C/B
31	77311	Levantamento Radiométrico em equipamento de raio x odontológico panorâmico. GMS 0404.98760	un	10,0000	581,1600	5.811,6000	N/N/N
32	70906	Levantamento Radiométrico em sala de Tomografia. Cód. BR aprox. 14524. GMS 0404.95015	un	2,0000	692,3200	1.384,6400	N/N/N
33	77317	Teste de radiação de fuga em equipamento de raio x odontológico móvel. GMS 0404.98767	un	16,0000	607,5800	9.721,2800	N/N/N
34	77325	Testes de Controle de Qualidade (Constância) em de raio x odontológico panorâmico. GMS 0404.99144	un	10,0000	783,6800	7.836,8000	N/N/N
35	70908	Testes de Controle de Qualidade (Constância) em Equipamento de Tomografia. Código GMS 0404.95203	un	2,0000	1.526,3000	3.052,6000	N/N/N

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022

Minuta\_PE\_1630\_2024\_servico\_dosimetria\_equipmentos



#### 1.1.1. Classificação dos bens e serviços:

1.1.1.1. Observa-se que o(s) objeto(s) dessa licitação é(são) classificado(s) como bem(ns) comum(ns), pois possui(em) especificação(ões) usual(is) de mercado e padrão(ões) de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e pelo que estão aptos a satisfazer necessidades comuns, não precisando conter características peculiares para atingir seus fins. Os atributos essenciais do objeto, possuem forma objetiva e uniforme, cujas características tendem a padronização e invariáveis ou então, sujeitas a diferenças mínimas.

#### 1.1.2. Da padronização

1.1.2.1. Catálogo Eletrônico de Padronização ainda não foi implantado pelo órgão responsável, no Estado do Paraná. Deste modo, as descrições utilizadas no presente Termo de Referência foram elaboradas pelos profissionais técnicos competentes da área demandante, os quais atestam que as especificações técnicas do(s) objeto(s) são aquelas estritamente necessárias para a aferição da adequação do objeto ao fim a que se destina, não havendo exigências desprovidas de razoabilidade.

#### 1.1.3. Memória de cálculo:

1.1.3.1. Conforme descrito item 1.4.2 do Estudo Técnico Preliminar.

1.1.3.2. As quantidades são justificadas de acordo com a atualização no número de aparelhos do Centro de Imagens, assim como o prospecto de instalação de futuros equipamentos, já em processo avançado de aquisição e efetivação dos serviços.

1.1.3.3. Os itens dispostos no Estudo Técnico Preliminar sofreram alteração em seus descritivos e quantidades uma vez que, por equívoco de prospecção não se levou em consideração os novos serviços e equipamentos que farão parte do arsenal do Centro de Imagens.

1.1.3.4. Podemos destacar também que após análise da equipe técnica (gestor e fiscal do contrato) e reanalizando o preconizado na RDC ANVISA nº 611/2022, optou-se por readequar os descritivos dos itens para melhor desenvolvimento do serviço.

1.1.3.5. Referente ao Laboratório de Radiologia do Curso de Odontologia Unioeste *Campus* de Cascavel, os quantitativos se referem a quantidade de equipamentos disponíveis no local.

1.1.3.6. Os quantitativos são referentes a 02 (dois) anos de contrato, conforme disposto no item 13.1.

#### 1.1.4. Proposta parcial:

1.1.4.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

### 2. DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO E DA JUSTIFICATIVA

2.1. Os Serviços de Radiologia, Hemodinâmica, Tomografia, Mamografia e Ultradiagnóstico do HUOP inúmeros realiza atendimentos anualmente, destacando que em todos esses exames contamos com a estrutura e controle de equipamento radiodiagnósticos, assim expondo as equipes multidisciplinares em atendimento aos pacientes. Entendemos que a indisponibilidade do referido serviço objeto deste processo, repercuti, na saúde direta, qualidade de vida dos membros da equipe multidisciplinar, a implicar nas liberações de funcionamento dos serviços em questão, implicando na interrupção da assistência prestada ao paciente, ocasionando importante prejuízo aos mesmos.

2.2. Assim, verificamos que a necessidade da contratação do objeto do processo é imprescindível para a proteção, tratamento e cuidado adequado tanto dos pacientes quanto da equipe multidisciplinar, garantindo a manutenção, segurança e eficiência na execução dos exames e procedimentos realizados sobre radiância nestes setores do HUOP, destacando também atender as exigências dos órgãos fiscalizadores como CNEN, Vigilância Sanitária e Ministério da Saúde.

2.3. Tal serviço segue ainda a RDC ANVISA nº 611/2022, Sessão II que versa sobre a garantia de recursos para a execução do Controle de Qualidade, realizando calibrações rastreáveis, testes de parâmetros

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022

Minuta\_PE\_1630\_2024\_servico\_dosimetria\_equipamentos



radiométricos, garantindo elementos necessários para a execução do Programa de Proteção Radiológica no serviço.

**2.4.** Assim justificasse a solicitação de recursos para provimento de contrato serviço de controle de qualidade em equipamentos de radiodiagnóstico, incluindo revisão do projeto de radioproteção e radiometria das salas do HUOP, assim garantindo melhor funcionamento e durabilidade da mesma, atendendo com efetividade e responsabilidade a demanda de exames exigida no Serviço de Radiologia, Hemodinâmica e Tomografia /HUOP.

**2.5.** No caso do item 28 (Teste de controle de qualidade (Constância) com fantom apropriado para avaliação em ultrasson tipo "Multi-purpose Multi-tissue" em Ultrasson) a exigência do FANTOM apropriado para avaliação em ultrasson tipo "Multi- purpose Multi-tissue" cumpre uma prerrogativa exigida pela Agência de Vigilância Sanitária.

### **3. PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO/OBJETO**

**3.1.** O objeto será licitado por lote de acordo com a justificativa abaixo.

**3.1.1.** Faz-se necessário a formação de um lote, considerando que a prestadora dos serviços seja somente uma empresa otimize os serviços prestados, minimiza a circulação de prestadores de serviço diferenciados no setor, unifica os laudos apresentados para Vigilância Sanitária, desonera os valores e ainda facilita a fiscalização dos serviços prestados.

**3.1.2.** O Lote I é exclusivamente de serviços a serem realizados no HUOP, enquanto o Lote II é exclusivamente de serviços a serem realizados no Laboratório de Radiologia do Curso de Odontologia Unioeste Campus de Cascavel.

### **4. TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESA (ME) E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) - LEI 123/2006:**

**4.1.** A licitação será de ampla concorrência considerando o objeto do contrato, suas especificidades e sua forma de execução.

**4.2.** Com relação a cota de até 25% para ME/EPP, informamos que os itens do processo não são passíveis de divisão considerando que para a realização do serviço é inviável mais de uma empresa, pelos motivos já apontados no **item 3**.

**4.3.** O objeto desta licitação NÃO é passível de divisibilidade, tendo em vista a complexidade do serviço a ser contratado, a necessidade de compatibilidade dos processos sem que haja prejuízo à segurança do processo e do paciente.

### **5. PESQUISA DE PREÇOS**

**5.1.** Os valores máximos constam no item 1.1.1 - Tabela de itens/lotos.

**5.2.** O mapa de formação de preço foi realizado conforme avaliação do gestor dos itens, fundamentado no Art. 368 do Decreto Estadual 10086/2022 que regulamenta a Lei Federal 14133/2021 e consta no e-protocolo.

**5.3.** As fontes pesquisadas e a metodologia adotada na formação do(s) preço(s) máximo(s) constam no Apêndice I do Termo de Referência.

### **6. SUSTENTABILIDADE**

**6.1.** O contratado deverá adotar práticas de sustentabilidade, entre elas:

**6.1.1.** que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

**6.1.2.** que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor



impacto ambiental em relação aos seus similares;

**6.1.3.** que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

**6.1.4.** que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

**6.2.** Logística reversa: A destinação correta e logística reversa está descrita no Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) do HUOP.

## **7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

- 7.1.** Prazo de entrega/realização do serviço: conforme item 8;
- 7.2.** Horário de entrega do produto/ realização do serviço: conforme item 8;
- 7.3.** Condições de entrega do produto/serviço: conforme item 8;
- 7.4.** Prazo de validade do produto: conforme item 8.4;
- 7.5.** Prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos: conforme item 16;
- 7.6.** Garantia do produto/serviço: conforme item 9.1.3;
- 7.7.** Manutenção e à assistência técnica: conforme item 9;
- 7.8.** Capacitação: conforme item 9.1.2.
- 7.9.** Forma de contratação: licitação;
- 7.10.** Modalidade de licitação: pregão;
- 7.11.** Tipo de licitação: aquisição;
- 7.12.** Critério de julgamento: menor preço;
- 7.13.** Abrangência: nacional;
- 7.14.** Modo de disputa: aberto;
- 7.15.** Parcelamento ou não da solução: conforme item 3;
- 7.16.** Instrumento de contratação: contrato;
- 7.17.** Intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances: 1 % (um por cento).

## **8. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO**

- 8.1.** O serviço se dará de forma contínua.
- 8.2.** O início da vigência será a partir da data de assinatura do contrato.
  - 8.2.1.** A autorização para execução dos serviços será realizada com o envio da ordem de compra/serviço pelo setor de compras do HUOP.
  - 8.2.2.** O serviço constante na ordem de compra/serviço deverá ser executado no prazo de 15 (quinze) dias a partir do recebimento pela empresa da ordem de compra/serviço.
- 8.3.** O serviço será executado nas dependências do HUOP e no Laboratório de Radiologia do Curso de Odontologia Unioeste Campus de Cascavel.
  - 8.3.1.** No HUOP no endereço: Avenida Tancredo Neves, 3224, bairro Santo Onofre, na cidade de Cascavel, no horário das 08:00 às 14:00, de segunda a sexta com acompanhamento do servidor Flávio Donato Rodrigues.
  - 8.3.2.** No Laboratório de Radiologia do Curso de Odontologia Unioeste Campus de Cascavel, no endereço: Rua Universitária Nº 2069 CEP 85819-110, bairro Universitário, 1º Piso bloco Clínico de Odontologia.
  - 8.3.3.** O Lote I é exclusivamente de serviços a serem realizados no HUOP, enquanto o Lote II é exclusivamente de serviços a serem realizados no Laboratório de Radiologia do Curso de Odontologia Unioeste Campus de Cascavel.
- 8.4.** Os laudos dos serviços executados deverão ser entregues ao gestor ou fiscal do contrato no máximo em 25 (vinte e cinco) dias corridos do final da coleta de dados e o prazo de validade dos serviços discriminados nos laudos deverá ser de 12 (doze) meses a partir da data oficializada dos laudos ou ainda

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022

Minuta\_PE\_1630\_2024\_servico\_dosimetria\_equipamentos





de acordo com o preconizado na RDC ANVISA nº 611/2022, Sessão II, Ministério da Saúde.

**8.4.1.** Os laudos podem ser entregues em via física diretamente no Setor de Radioproteção do Centro de Imagens do HUOP ou enviados para o email: [flavio.rodrigues@unioeste.br](mailto:flavio.rodrigues@unioeste.br).

**8.5.** A realização dos testes de controle de qualidade (constância), radiometria das salas e revisão do projeto de radioproteção devem estar em conformidade com Portaria 453/98, cap. 3, Ministério da Saúde.

**8.6.** Todos os serviços fornecidos serão recebidos e conferidos por uma Comissão composta de servidores da instituição, a qual ao final dos trabalhos de conferência, emitirá laudo de recebimento em relação ao serviço realizado no equipamento.

**8.7.** Se o serviço prestado não for efetivo ou apresentar problemas e/ou defeitos, serão rejeitados, obrigando-se o fornecedor a realizar novo serviço, sem prejuízo para a instituição.

**8.8.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no mesmo prazo estipulado para a entrega da ordem de compra, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**8.9.** Todos os serviços fornecidos serão recebidos e conferidos por uma Comissão composta de servidores da instituição, do Serviço de Hemodinâmica/HUOP, a qual ao final dos trabalhos de conferência, emitirá laudo de recebimento em relação ao serviço realizado no equipamento.

**8.10.** Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado do serviço em questão, como funcionalidade e preservação do equipamento de origem, serão aplicados à CONTRATADA sanções previstas na legislação vigente.

**8.10.1.** Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e seus apêndices e na proposta.

**8.11.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**8.11.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**8.12.** Nos termos do art. 359 do Decreto n.º 10.086, de 2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos casos de gêneros perecíveis e alimentação preparada, bem como nos casos de calamidade pública, quando caracterizada a urgência no atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares, e ainda, nas compras até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

**8.13.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**8.14.** A contratada se obriga a ajustar, refazer e ou substituir qualquer serviço que esteja em desacordo com o objeto contratado.

**8.15.** Na ocorrência o gestor do contrato fará a solicitação para ajustar, refazer ou substituir o (s) objeto(s) dessa Licitação, sendo que se esta não atender ao solicitado sofrerá as penalidades previstas em lei.

**8.16.** Das condições da realização do serviço :

**8.16.1.** A empresa contratada deverá iniciar os serviços conforme data definida no item **8.2**.

**8.16.1.1.** Para a efetiva assinatura do contrato a empresa deverá atender os requisitos obrigatórios elencados no item **10.8**.

**8.16.2.** Critérios para aceite da entrega do serviço:

**8.16.2.1.** Compatibilidade com a proposta apresentada e o cumprimento total e irrestrito das prerrogativas constantes no Contrato.



## 9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

### 9.1. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

**9.1.1.** efetuar a execução do serviço conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

**9.1.2.** responsabilizar-se pelos danos causados a terceiros, às dependências, móveis e utensílios da CONTRATANTE, inclusive arcando com despesas oriundas de danos causados por seus profissionais;

**9.1.3.** deverá retirar ou substituir, em até 48 (quarenta e oito) horas por iniciativa própria, dando ciência ao fiscal, ou após a notificação da CONTRATANTE, qualquer profissional que demonstre conduta nociva ou incompatível com aquela esperada pela CONTRATANTE e/ou incapacidade técnica para executar os serviços, sendo vedado o seu retorno para cobertura de faltas, licenças, dispensas, suspensão ou férias de outros profissionais;

**9.1.4.** deverá assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à prestação dos serviços;

**9.1.5.** indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

**9.1.6.** manter durante toda a vigência do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**9.1.7.** manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

**9.1.8.** a empresa contratada não poderá estar registrada no Cadastro Informativo Estadual – CADIN Estadual;

**9.1.9.** Apresentar laudos dos serviços executados no máximo em 25 (vinte e cinco) dias corridos do final da coleta de dados.

**9.1.10.** Realizar testes de controle de qualidade (constância), radiometria das salas e revisão do projeto de radioproteção sendo que deverão estar em conformidade com a RDC ANVISA nº 611/2022, Sessão II, Ministério da Saúde.

**9.1.11.** Emitir relatório do programa de garantia de qualidade, assinado por um especialista em física de radiodiagnóstico, ou certificação equivalente.

**9.1.12.** Emitir documento de atualização do memorial descritivo de proteção radiológica do serviço de radiodiagnóstico, caso tenham ocorrido alterações.

**9.1.13.** Os equipamentos utilizados pelo especialista para realizar os controles de qualidade deverão estar devidamente calibrados para este fim por laboratório de calibração licenciado, de acordo com as exigências da RDC 611 e CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear).

**9.1.13.1.** O laudo de calibração deverá ser apresentado anualmente.

#### **9.1.14. Capacitação:**

**9.1.14.1.** A empresa contratada deverá disponibilizar treinamento sobre proteção radiológica anualmente.

**9.1.14.1.1.** O treinamento será definido pela empresa contratada quando da revisão do projeto de Radioproteção no Setor de Imagens.



**9.1.15. Garantia do produto/serviço:**

9.1.15.1. Não há previsão para este processo.

**9.1.16. Comodato:**

9.1.16.1. Não há previsão para este processo.

**9.2. SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

9.2.1. receber o serviço nos prazos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

9.2.2. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2.3. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital/proposta/ordem de compra/contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.2.4. comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção, de acordo com a Resolução 99/2023 - COU (disponível em: <https://www.unioeste.br/portal/praf/documentos/resolucoes>);

9.2.5. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

9.2.6. efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

9.2.7. efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

9.2.8. emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

9.2.9. ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

9.2.10. adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

9.2.11. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado;

9.2.12. Dar condições para o efetivo cumprimento dos serviços licitados;

9.2.13. Quando da necessidade da realização dos testes, o gestor do contrato ou equipe responsável devidamente designada fará o contato que será realizado via e-mail, celular, telefone ou WhatsApp.

**10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO**

10.1. O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão.

10.2. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

10.3. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

10.4. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

10.5. A análise de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista será efetuada concomitantemente com a análise técnica da proposta e documentação técnica.

10.6. As exigências da habilitação técnica, tanto para a qualificação do licitante quanto para a qualificação dos itens, bem como os certificados de capacidade técnica, se aplicáveis, estão devidamente descritos



abaixo:

## 10.7. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

**10.7.1.** Na etapa subsequente de lances e convocação do pregoeiro, é necessário apresentar os seguintes documentos junto com a proposta da empresa, a fim de possibilitar a qualificação técnica tanto do proponente quanto dos itens, conforme descrito abaixo:

### 10.7.1.1. Para qualificação do proponente:

10.7.1.1.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor são:

10.7.1.1.1.1. O profissional que fará os testes de qualidade radiológica deverá ser especialista em Física de radiodiagnóstico, ou especialização equivalente, devidamente certificado.

10.7.1.1.1.2. Dez (10) dias antes da data agendada para a realização dos testes, a empresa deverá encaminhar a documentação solicitada no item **10.7.1.1.1.1.**

### 10.7.1.2. Para qualificação dos itens:

10.7.1.3. Não se aplica;

### 10.7.2. Amostra

10.7.2.1. Não se aplica.

## 10.8. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

10.8.1. Não há requisitos para contratação definidos para este processo.

## 11. FORMA DE PAGAMENTO REFERENTE AO CONTRATO DO HUOP e CURSO DE ODONTOLOGIA UNIOESTE CAMPUS DE CASCAVEL.

### 11.1. DO HUOP:

**11.1.1.** As notas fiscais devem ser emitidas para a Razão Social especificada nas “Informações para o Fornecedor” das “Ordens de Compras”, podendo ser UNIOESTE/HUOP, CNPJ 78.680.337/0007-70 ou SESA/FUNSAÚDE, CNPJ 08.597.121/0001-74, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

**11.1.2.** O pagamento fica condicionado a correta emissão da NFe, inclusive quanto ao correto destaque do valor de IR a ser retido observadas as regras das IN RFB nº1.234/2012 e 2.145/2023 em todos os documentos fiscais emitidos para a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, a partir de 1º de Setembro de 2023, em caso de a empresa não ser optantes pelo SIMPLES Nacional/MEI.

**11.1.3.** O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**11.1.4.** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**11.1.5.** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

**11.1.6.** No caso de instituição de multa, a mesma poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.



**11.1.7.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo de pagamento pela Administração.

**11.1.8.** Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

**11.1.9.** A nota fiscal deverá vir acompanhada de relatório de serviços executados, discriminados todos os controles de qualidades, radiometria das salas e revisão do projeto de radioproteção.

## **11.2. CURSO DE ODONTOLOGIA UNIOESTE CAMPUS DE CASCAVEL:**

**11.2.1.** Os pagamentos serão feitos no prazo máximo de 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal atestada e do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**11.2.2.** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação do serviço ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**11.2.3.** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

**11.2.4.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

### **11.2.5.**

EM = I x N x VP sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

I =  $\frac{(6/100)}{365}$  I = 0,00016438

365 TX = Percentual da taxa anual = %.

**11.2.6.** O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

**11.2.7.** Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

## **12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**12.1.** As despesas decorrentes da contratação dos Serviços desenvolvidos no **Centro de Imagens/HUOP** correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento geral do Estado.

**12.1.1.** Conforme dotação abaixo discriminada:

**12.1.1.1.** Gestão/Unidade: Funsaúde 4760;

**12.1.1.2.** Fonte de Recursos: 500;

**12.1.1.3.** Programa de Trabalho: 8170;

**12.1.1.4.** Elemento de Despesa: 3390.39.17;

**12.2.** As despesas decorrentes da contratação dos Serviços desenvolvidos no **Centro de Imagens/HUOP** correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento geral do Estado

**12.3.** As despesas decorrentes da contratação dos Serviços desenvolvidos no **Laboratório de Radiologia do Curso de Odontologia Unioeste Campus de Cascavel** correrão à conta de recursos específicos conforme:

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022

Minuta\_PE\_1630\_2024\_servico\_dosimetria\_equipamentos





**12.3.1.** O serviço prestado será pago com recursos provenientes da prestação de atendimentos realizados no Centro Clínico de Odontologia o qual possui convenio com a 10ª Regional de Saúde a qual presta atendimentos a pacientes cadastrados no Sistema único de Saúde (SUS), conforme dotação orçamentária abaixo discriminada:

**12.3.2.** Identificação da despesa: SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS E MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS;

**12.3.3.** Programa de trabalho: 4534.12.364.34.8128;

**12.3.4.** Natureza da Despesa: 3390.3905 / 3390.3917;

**12.3.5.** Fonte de Recursos: 899;

**12.3.6.** Detalhamento de Fonte: 0000 - SEM MARCADOR

### **13. VIGÊNCIA**

**13.1.** O prazo de vigência do contrato será de 02 (dois) anos e poderá ser prorrogado, por igual período, limitado a 10 (dez) anos, conforme previsto na Lei 14.133/2021, desde que comprovado o preço vantajoso.

### **14. DO REAJUSTAMENTO**

**14.1.** A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA.

**14.1.1.** A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

**14.1.2.** O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**14.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

**14.3.** Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

**14.4.** A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

### **15. SUBCONTRATAÇÃO**

**15.1.** Não será admitida a subcontratação.

### **16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**16.1.** Não haverá exigência de garantia contratual.

### **17. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**17.1.** É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

**17.1.1.** sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

**17.1.2.** sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

**17.1.3.** não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**17.2.** A alteração subjetiva a que se refere o item 17.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

### **18. DA EQUIPE TÉCNICA**

**18.1.** Não se aplica.

### **19. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

#### **19.1. Do Centro de Imagens/HUOP:**

**19.1.1.** A responsabilidade pela gestão do contrato conforme atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022; caberá à Narciso Jesus Comissio, CPF: 75521130900, e-mail: jcomissio@yahoo.com.br e telefone do setor: (45) 3321-5183.



**19.1.2.** A responsabilidade pela fiscalização deste contrato conforme atribuições definidas nos art. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022; caberá à Flávio Donato Rodrigues, CPF: 02013067941, e-mail: flavio.rodrigues@unioeste.br e telefone do setor: (45) 3321-5184.

**19.1.3.** O servidor responsável pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

**19.2. Do Laboratório de Radiologia do Curso de Odontologia Unioeste Campus de Cascavel:**

**19.2.1.** A responsabilidade pela gestão do contrato conforme atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022; caberá à Diretora do Ambulatório de Assistência Odontologia, Professora Marina Berti, CPF: 371.657.719-72, e-mail: marina\_berti2004@yahoo.com e telefone do setor: (45) 3220-4215.

**19.2.2.** A responsabilidade pela fiscalização deste contrato conforme atribuições definidas nos art. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022; caberá Assessor Especial Direção do Ambulatório de Assistência Odontologia, Senhor Elton Johnny Silva de Mattos, CPF: 051.873.719-59, e-mail: elton.mattos@unioeste.br e telefone do setor: (45) 3220-7273.

**19.2.3.**

**20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**20.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos Arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**21. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022**

**21.1.** Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022.

Cascavel, 18 de outubro de 2024.

**Joseline Patrícia Lehr**  
**Responsável pela elaboração do Termo de Referência**



## Apêndice I - Fontes pesquisadas e a metodologia adotada na formação do(s) preço(s) máximo(s)

### Fontes pesquisadas e a metodologia adotada:

Preços existentes nos bancos de preços do Sistema GMS	( )
Preços obtidos por outros órgãos ou entidades públicas	(x)
Pesquisa com fornecedores ou prestadores de serviços	(x)
Preços de Tabelas oficiais	( )
Preços constantes de banco de preços e <i>homepages</i>	(x)
Preços obtidos no BPS – base BPS	( )
Preços obtidos no BPS – base SIASG	( )
Preços obtidos no Sistema Comprasnet	( )
Último preço pago pelo HUOP	( )
Nota Paraná	( )

### Resultado da Pesquisa de Preços

Média dos fornecedores consideráveis (x)

Mediana ( )

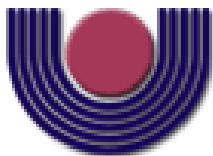
Menor Preço ( )

### Observações:

- 1) A pesquisa de preços foi realizada pelo Setor de Compras por Carla Francielle Kurz.
- 2) A Análise das propostas e valores, e apontamento do valor final para o edital, foi realizada pelo Gestor/solicitante, conforme despacho em anexo (fl. 190, mov. 77) e Mapa de Preços (fls. 410 a 413 mov. 167 e 168) com as cotações analisadas pelo gestor/solicitante para composição da média.
- 3) O detalhamento de cada item segue em anexo.
- 4) Informamos que o presente processo foi inserido no Sistema GMS, conforme Check List em anexo (fl. 448, mov. 175).
- 5) A sequência gerada no tasy pela cotação de preços para lançamento da licitação está registrada sob o número 3372.

18/10/2024.

Adriana Biscaia Barbosa Stucker  
Compras/HUOP



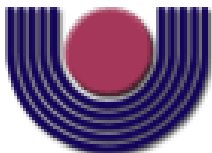
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE  
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



Apêndice II - Mapa de Risco

Risco	Causa	Dano/Consequência	Probab. (1 a 5)	Impacto (1 a 5)	Classif. (ref. Matriz)	Ação Preventiva	Responsável	Ação de Contingência (se o risco se concretizar)	Responsável
1. Morosidade do processo de contratação	- Transição entre a legislação atual e a nova lei de licitações, Lei 14.133/21 / devido à falta de experiência das partes - Morosidade das tramitações do processo - Tramitações incometas do processo	Unidades locais desassistidas do serviço por um período maior do que o esperado	3	3	Médio	Monitoramento do tempo de tramitação em cada etapa do processo de trabalho, para evitar morosidade nas tramitações	Sector de patrimonio	Acionar as partes responsáveis para realizar as providências necessárias com celeridade, e providenciar a tramitação do processo	Sector de patrimonio
2. Impugnação de Edital ou questionamentos	- Descrito técnico ou exigências do Edital	Morosidade na conclusão do processo	4	3	Alto	Submeter a minuta do Termo de Referência às áreas técnicas para revisão	Sector de patrimonio	Providenciar as respostas aos questionamentos/ impugnações o mais breve possível. Ou, acionar as partes envolvidas para que o façam	Sector de patrimonio
3. Licitação Deserta	- Falta de interesse de fornecedores locais	Morosidade na conclusão do processo	1	3	Baixo	Realizar a divulgação da publicação do Edital ao banco de fornecedores	Sector de patrimonio	1) Republicar o Edital imediatamente após o resultado do certame; 2) em caso de reincidência do resultado, providenciar Dispensa de Licitação com embasamento em licitação deserta	Sector de licitações
4. Licitação Fracassada	- Fornecedores participantes não atendem aos requisitos do Edital	Unidades locais desassistidas do serviço por um período maior do que o esperado	1	4	Médio	Realizar a divulgação da publicação do Edital ao banco de fornecedores	Sector de patrimonio	1) Republicar o Edital imediatamente após o resultado do certame; 2) em caso de reincidência do resultado, providenciar Dispensa de Licitação com embasamento em licitação fracassada (se cabível), ou considerar a abertura de novo processo licitatório	Sector de licitações
5. Registro de recursos administrativos	- Participantes de licitação não concordam com o resultado	Morosidade na conclusão do processo	3	3	Médio	Elaborar pareceres ou bustos de aprovação das propostas vencedoras e análise dos documentos de habilitação; e de forma transparente	Sector de patrimonio e licitações	Providenciar as respostas aos recursos o mais breve possível. Ou, acionar as partes envolvidas para que o façam	Sector de patrimonio e licitações

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022  
Minuta\_PE\_1630\_2024\_servico\_dosimetria\_equipamentos



Apêndice III - Matriz de Risco



Enfª Elisândrea Mª V. Tabaczinski  
COREN 128.397  
CENTRO DE IMAGEM



## Anexo II - DOS DOCUMENTOS

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 2 (duas) horas, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados pelo sistema de compras eletrônicas conforme estabelecido no presente Edital:

1.1. A documentação constante nos itens 2.1 à 2.1.5 e 3 do Anexo II - DOS DOCUMENTOS poderá ser substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, tais com o GMS E SICAF, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei e que os documentos relacionados no certificado estejam dentro do prazo de validade.

1.2. **A documentação constante no item 6 não será solicitada e avaliada no certame, somente 10 (dez) dias anteriores à realização dos serviços.**

### 2. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

2.1. Comprovante de constituição da empresa:

2.1.1. Cédula de Identidade, no caso de pessoa física, ou;

2.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;

2.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

2.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício, ou;

2.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

2.2. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso. (Anexo IV - MODELO DE PROCURAÇÃO)

### 3. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

3.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3.3. Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

3.4. Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias);

3.5. Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação);

3.6. Fazenda Municipal;

3.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011;

### 4. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

4.1. O fornecedor deverá encaminhar:

4.1.1. para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA:**

5.1. não se aplica

**6. DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO ITEM:**

6.1. Dez (10) dias antes da data agendada para a realização dos testes, a empresa deverá encaminhar a certificação do profissional que fará os testes de qualidade radiológica, o qual deverá ser especialista em Física de radiodiagnóstico, ou especialização equivalente, devidamente certificado.

**7. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO**

7.1. Não há requisitos para contratação definidos para este processo.

**8. COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP**

8.1. Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**Anexo V - DECLARAÇÃO**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 122, parágrafo único do Decreto Estadual n.º 10.086/2022).

8.2. De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.2.1. A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

8.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

8.4. Na hipótese do item 8.2, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.5. Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

8.6. Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz).

**Anexo III - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO DE DESCRITIVO)**

<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1630/2024</b>	<b>Ano: 2024</b>
<b>1. DADOS DO FORNECEDOR</b>	

Fornecedor:

CNPJ/CPF:

Inscrição Estadual:

Endereço:

Bairro:

CEP:

Cidade:

Estado:

Telefone:

e-mail:

Banco:

Agência:

Conta corrente:

Constitui objeto desta licitação: **Contratação de empresa para prestação de serviço de controle de qualidade em equipamentos de radiodiagnóstico, incluindo revisão do projeto de radioproteção e radiometria das salas do Centro de Imagem do Hospital Universitário do Oeste do Paraná e controle de qualidade para o Laboratório de Radiologia do Curso de Odontologia, Unioeste, Campus de Cascavel.**

Lote 1	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Item 1	Descrição do item que demonstre que o produto ofertado atende ao descritivo solicitado no termo de referência, <b>informar marca/modelo/referência, registro do produto</b> (se exigido no descritivo).			

Validade da proposta: 90 (noventa) dias.

Local, 18 de outubro de 2024.

Representante Legal

**Orientações para preenchimento da proposta:**

Quando o produto for isento de registro, pode ser informado que o mesmo é isento.

A proposta deverá ser elaborada observando-se o quantitativo de cotação de quantidade (vedada a cotação parcial ou inferior à exigida em cada um dos itens que compõem o Anexo I). Não deverão ser cotados produtos que não atendam às especificações mínimas previstas nos itens do Anexo I, sob pena de desclassificação.

O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de "operação interna", conforme estabelece o Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ.

As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.

**Anexo IV - MODELO DE PROCURAÇÃO**

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º XXXX/XXXX, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Cidade, 18 de outubro de 2024.

\_\_\_\_\_  
OUTORGANTE



**Anexo V - DECLARAÇÃO CONJUNTA**

**(Declaração obrigatória)**

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

- atendemos e aceitamos todas as exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.
- nos responsabilizamos pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe a esta empresa efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.
- para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.
- atendemos ao Decreto n.º 10.086, de 2022 do art. 362, cumpro o disposto no item 6, referente as regras de SUSTENTABILIDADE conforme Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA.
- como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), fornecerei à Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:
  - aqueles inerentes a documentos de identificação;
  - referentes a participações societárias;
  - informações inseridas em contratos sociais;
  - endereços físicos e eletrônicos;
  - estado civil;
  - eventuais informações sobre cônjuges;
  - relações de parentesco;
  - número de telefone;
  - sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
  - informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.
- realizar o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei nº 13.709/2018 e do Decreto Estadual nº 6.474/2020
- cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- se responsabilizar pela integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes;
- Estou ciente que essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública e ainda que o tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local, 18 de outubro de 2024.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

**Anexo VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º 1630/2024, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar n.º 188, de 2021.

( ) COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal n.º 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

**Anexo VII - MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO N° /2024 – HUOP**

**- GMS**

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (HUOP), pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n.º 78.680.337/0007-70, situada na Av. Tancredo Neves, 3224, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Ordenador de Despesas e Diretor Geral do HUOP, Sr. Rafael Muniz de Oliveira, CPF sob o n.º 315.165.618-80, a seguir denominada **CONTRATANTE**, e a Empresa, inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º, com sede na, neste ato representado por, a seguir denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO o qual será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

**1. OBJETO**

1.1. Não apagar! Texto criado para ajustar as informações da mala e permitir que a mesma copie descritivo do objeto com mais de 150 caracteres. Não apagar! Texto criado para ajustar as informações da mala e permitir que a mesma copie descritivo do objeto com mais de 150 caracteres. Não apagar! Texto criado para ajustar as informações da mala e permitir que a mesma copie descritivo do objeto com mais de 150 caracteres. Não apagar! Texto criado para ajustar as informações da mala e permitir que a mesma copie descritivo do objeto com mais de 150 caracteres. Não apagar! Texto criado para ajustar as informações da mala e permitir que a mesma copie descritivo do objeto com mais de 150 caracteres., conforme descrito no Termo de Referência e constante no Anexo I deste contrato.

**2. FUNDAMENTO**

2.1. Este contrato decorre do -HUOP, objeto do processo administrativo, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º, de e conforme ato de homologação nas fls. deste protocolo.

**3. REGIME DE EXECUÇÃO E FORMA DE FORNECIMENTO**

- 3.1. O serviço se dará de forma contínua.
- 3.2. A empresa contratada deverá iniciar os serviços conforme data definida no ato da assinatura do contrato.
- 3.3. O serviço será executado nas dependências do HUOP (Lote 1) e no Laboratório de Radiologia do Curso de Odontologia Unioeste Campus de Cascavel (Lote2).
- 3.3.1. No HUOP no endereço: Avenida Tancredo Neves, 3224, bairro Santo Onofre, na cidade de Cascavel, no horário das 08:00 às 14:00, de segunda a sexta com acompanhamento do servidor Flávio

Donato Rodrigues.

3.3.2. No Laboratório de Radiologia do Curso de Odontologia Unioeste Campus de Cascavel, no endereço: Rua Universitária Nº 2069 CEP 85819-110, bairro Universitário, 1º Piso bloco Clínico de Odontologia.

3.4. A realização dos testes de controle de qualidade (constância), radiometria das salas e revisão do projeto de radioproteção devem estar em conformidade com Portaria 453/98, cap. 3, Ministério da Saúde.

#### 4. VIGÊNCIA:

4.1. O contrato terá vigência de 24 meses, contados a partir de e poderá ser prorrogado de acordo com a legislação, desde que comprovado o preço vantajoso.

#### 5. FONTE DE RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes da contratação dos serviços desenvolvidos no **Centro de Imagens/HUOP** correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento geral do Estado, conforme dotação abaixo discriminada:

5.1.1. Gestão/Unidade: Funsauúde 4760;

5.1.2. Fonte de Recursos: 500;

5.1.3. Programa de Trabalho: 8170;

5.1.4. Elemento de Despesa: 3390.39.17;

5.2. As despesas decorrentes da contratação dos Serviços desenvolvidos no **Laboratório de Radiologia do Curso de Odontologia Unioeste Campus de Cascavel** correrão à conta de recursos provenientes da prestação de atendimentos realizados no Centro Clínico de Odontologia o qual possui convenio com a 10ª Regional de Saúde a qual presta atendimentos a pacientes cadastrados no Sistema único de Saúde (SUS), conforme dotação orçamentária abaixo discriminada:

5.2.1. Identificação da despesa: SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS E MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS;

5.2.2. Programa de trabalho: 4534.12.364.34.8128;

5.2.3. Natureza da Despesa: 3390.3905 / 3390.3917;

5.2.4. Fonte de Recursos: 899;

5.2.5. Detalhamento de Fonte: 0000 - SEM MARCADOR

#### 6. VALOR CONTRATUAL

6.1. O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

6.2. O valor total do contrato é de R\$ (xxxxxxxxxx).

6.3. No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

## 7. DO REAJUSTE

7.1. A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA.

7.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

7.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

7.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

7.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

## 8. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

8.1. O serviço se dará de forma contínua.

8.2. A empresa contratada deverá iniciar os serviços conforme data definida no ato da assinatura do contrato.

8.3. O serviço será executado nas dependências do HUOP e no Laboratório de Radiologia do Curso de Odontologia Unioeste Campus de Cascavel.

8.3.1. No HUOP no endereço: Avenida Tancredo Neves, 3224, bairro Santo Onofre, na cidade de Cascavel, no horário das 08:00 às 14:00, de segunda a sexta com acompanhamento do servidor Flávio Donato Rodrigues.

8.3.2. No Laboratório de Radiologia do Curso de Odontologia Unioeste Campus de Cascavel, no endereço: Rua Universitária Nº 2069 CEP 85819-110, bairro Universitário, 1º Piso bloco Clínico de Odontologia.

8.3.3. O Lote I é exclusivamente de serviços a serem realizados no HUOP, enquanto o Lote II é exclusivamente de serviços a serem realizados no Laboratório de Radiologia do Curso de Odontologia Unioeste Campus de Cascavel.

8.4. Os laudos dos serviços executados deverão ser entregues ao gestor ou fiscal do contrato no máximo em 25 (vinte e cinco) dias corridos do final da coleta de dados e o prazo de validade dos serviços discriminados nos laudos deverá ser de 12 (doze) meses a partir da data oficializada dos laudos ou ainda de acordo com o preconizado na RDC ANVISA nº 611/2022, Sessão II, Ministério da Saúde.

8.5. Os laudos podem ser entregues em via física diretamente no Setor de Radioproteção do Centro de Imagens do HUOP ou enviados para o email: flavio.rodrigues@unioeste.br. A realização dos testes de controle de qualidade (constância), radiometria das salas e revisão do projeto de radioproteção devem estar em conformidade com Portaria 453/98, cap. 3, Ministério da Saúde.

8.6. Todos os serviços fornecidos serão recebidos e conferidos por uma Comissão composta de servidores da instituição, a qual ao final dos trabalhos de conferência, emitirá laudo de recebimento em relação ao serviço realizado no equipamento.

8.7. Se o serviço prestado não for efetivo ou apresentar problemas e/ou defeitos, serão rejeitados, obrigando-se o fornecedor a realizar novo serviço, sem prejuízo para a instituição.

8.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no mesmo prazo estipulado para a entrega da ordem de compra, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



8.9. Todos os serviços fornecidos serão recebidos e conferidos por uma Comissão composta de servidores da instituição, do Serviço de Hemodinâmica/HUOP, a qual ao final dos trabalhos de conferência, emitirá laudo de recebimento em relação ao serviço realizado no equipamento.

8.10. Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado do serviço em questão, como funcionalidade e preservação do equipamento de origem, serão aplicados à CONTRATADA sanções previstas na legislação vigente.

8.10.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e seus apêndices e na proposta.

8.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.11.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.12. Nos termos do art. 359 do Decreto n.º 10.086, de 2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos casos de gêneros perecíveis e alimentação preparada, bem como nos casos de calamidade pública, quando caracterizada a urgência no atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares, e ainda, nas compras até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

8.13. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.14. A contratada se obriga a ajustar, refazer e ou substituir qualquer serviço que esteja em desacordo com o objeto contratado.

8.15. Na ocorrência o gestor do contrato fará a solicitação para ajustar, refazer ou substituir o (s) objeto(s) dessa Licitação, sendo que se esta não atender ao solicitado sofrerá as penalidades previstas em lei.

8.16. Das condições da realização do serviço :

8.16.1. A empresa contratada deverá iniciar os serviços conforme data definida no item 4.1.

8.16.1.1. Para a efetiva assinatura do contrato a empresa deverá atender os requisitos obrigatórios elencados no item critérios para assinatura do contrato.

8.16.2. Critérios para aceite da entrega do serviço:

8.16.2.1. Compatibilidade com a proposta apresentada e o cumprimento total e irrestrito das prerrogativas constantes no Contrato.

## **9. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

9.1. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas, de acordo com a Resolução 099/2023 – COU ou instrumento que vier a substituí-lo, arts. 10 a 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022 e ainda CAPÍTULO I - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e CAPÍTULO XVI - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS do Decreto n.º 10.086, de 2022.

9.2. Os responsáveis abaixo serão designados por ato administrativo próprio do Contratante, conforme Portaria .

9.3. A responsabilidade pela gestão deste contrato conforme atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022; caberá à .

9.4. A responsabilidade pela fiscalização deste contrato conforme atribuições definidas nos art. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022; caberá à Não apagar! Texto criado para ajustar as informações da mala e permitir que a mesma copie descritivo do objeto com mais de 150 caracteres. Não apagar! Texto criado para ajustar as informações da mala e permitir que a mesma copie descritivo do objeto com mais de 150 caracteres. Não apagar! Texto criado para ajustar as informações da mala e permitir que a mesma copie descritivo do objeto com mais de 150 caracteres..

## 10. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

### 10.2. São obrigações do Contratado:

10.2.1. efetuar a execução do serviço conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

10.2.2. responsabilizar-se pelos danos causados a terceiros, às dependências, móveis e utensílios da CONTRATANTE, inclusive arcando com despesas oriundas de danos causados por seus profissionais;

10.2.3. deverá retirar ou substituir, em até 48 (quarenta e oito) horas por iniciativa própria, dando ciência ao fiscal, ou após a notificação da CONTRATANTE, qualquer profissional que demonstre conduta nociva ou incompatível com aquela esperada pela CONTRATANTE e/ou incapacidade técnica para executar os serviços, sendo vedado o seu retorno para cobertura de faltas, licenças, dispensas, suspensão ou férias de outros profissionais;

10.2.4. deverá assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à prestação dos serviços;

10.2.5. indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.2.6. manter durante toda a vigência do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.2.7. manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.2.8. a empresa contratada não poderá estar registrada no Cadastro Informativo Estadual – CADIN Estadual;

10.2.9. Apresentar laudos dos serviços executados no máximo em 25 (vinte e cinco) dias corridos do final da coleta de dados.

10.2.10. Realizar testes de controle de qualidade (constância), radiometria das salas e revisão do projeto de radioproteção sendo que deverão estar em conformidade com a RDC ANVISA nº 611/2022, Sessão II, Ministério da Saúde.

10.2.11. Emitir relatório do programa de garantia de qualidade, assinado por um especialista em física de radiodiagnóstico, ou certificação equivalente.

10.2.12. Emitir documento de atualização do memorial descritivo de proteção radiológica do serviço de

radiodiagnóstico, caso tenham ocorrido alterações.

10.2.13. Os equipamentos utilizados pelo especialista para realizar os controles de qualidade deverão estar devidamente calibrados para este fim por laboratório de calibração licenciado, de acordo com as exigências da RDC 611 e CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear).

10.2.13.1. O laudo de calibração deverá ser apresentado anualmente.

10.2.14. **Capacitação:**

10.2.14.1. A empresa contratada deverá disponibilizar treinamento sobre proteção radiológica anualmente.

10.2.14.2. O treinamento será definido pela empresa contratada quando da revisão do projeto de Radioproteção no Setor de Imagens.

10.3. **São obrigações do Contratante:**

10.3.1. receber o serviço nos prazos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.3.2. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.3.3. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital/proposta/ordem de compra/contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.3.4. comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção, de acordo com a Resolução 99/2023 - COU (disponível em: <https://www.unioeste.br/portal/praf/documentos/resolucoes>);

10.3.5. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.3.6. efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.3.7. efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.3.8. emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.3.9. ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.3.10. adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.3.11. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado;

10.3.12. Dar condições para o efetivo cumprimento dos serviços licitados;

10.3.13. Quando da necessidade da realização dos testes, o gestor do contrato ou equipe responsável devidamente designada fará o contato que será realizado via e-mail, celular, telefone ou WhatsApp.

11. **FORMA DE PAGAMENTO**

**11.1. DO HUOP:**

11.1.1. As notas fiscais devem ser emitidas para a Razão Social especificada nas “Informações para o Fornecedor” das “Ordens de Compras”, podendo ser UNIOESTE/HUOP, CNPJ 78.680.337/0007-70 ou SESA/FUNSAÚDE, CNPJ 08.597.121/0001-74, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.1.2. O pagamento fica condicionado a correta emissão da NFe, inclusive quanto ao correto destaque do valor de IR a ser retido observadas as regras das IN RFB nº1.234/2012 e 2.145/2023 em todos os documentos fiscais emitidos para a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, a partir de 1º de Setembro de 2023, em caso de a empresa não ser optantes pelo SIMPLES Nacional/MEI.

11.1.3. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.1.4. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.1.5. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.1.6. No caso de instituição de multa, a mesma poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

11.1.7. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo de pagamento pela Administração.

11.1.8. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.1.9. A nota fiscal deverá vir acompanhada de relatório de serviços executados, discriminados todos os controles de qualidades, radiometria das salas e revisão do projeto de radioproteção.

**11.2. CURSO DE ODONTOLOGIA UNIOESTE CAMPUS DE CASCAVEL:**

11.2.1. Os pagamentos serão feitos no prazo máximo de 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal atestada e do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação do serviço ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.3. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.2.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

11.2.5.

EM =  $I \times N \times VP$  sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$  I = 0,00016438

365 TX = Percentual da taxa anual = %.

11.2.6. O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

11.2.7. Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

## 12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Fica a empresa contratada dispensada da apresentação de garantia contratual, conforme previsto no art. 96 da Lei Federal 14.133/2021.

## 13. DA GARANTIA DOS BENS

13.1. Não se aplica.

## 14. SUSTENTABILIDADE

14.1. O contratado deverá adotar práticas de sustentabilidade, entre elas:

14.2. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

14.3. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

14.4. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

14.5. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

14.6. Logística reversa: A destinação correta e logística reversa está descrita no Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) do HUOP.

## 15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas



previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

15.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

15.2.1. multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

15.2.2. multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

15.2.3. multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

15.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

15.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

15.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impõe a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

15.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

15.6. O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. E na Lei n.º 20.656, de 2021.

15.7. Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

15.8. Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

15.9. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

15.10. As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

## 16. CASOS DE EXTINÇÃO:

16.1. O presente instrumento poderá ser extinto:

16.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

16.1.2. de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

16.1.3. por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

16.2. No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

16.3. Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

16.4. O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

## **17. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:**

17.1. Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

17.1.1. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

17.2. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

17.2.1. sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

17.2.2. sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

17.2.3. não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

17.3. As alterações previstas serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

17.4. Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período

## **18. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

18.1. A CONTRATANTE, na condição de controlador, e a CONTRATADA, na condição de operadora, comprometem-se ao tratamento de dados pessoais relacionados ao presente Contrato, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei nº 13.709/2018 e do Decreto Estadual nº 6.474/2020.

## **19. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

19.1. Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

19.2. Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

19.3. O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

19.4. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Cascavel – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.5. E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias de igual teor para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Cascavel,.

<p><b>Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Contratante</b></p> <p>Rafael Muniz de Oliveira Diretor Geral do HUOP</p>
<p><b>- Contratada</b></p>
<p><b>Testemunhas:</b></p>



Documento: **EditalPE\_1630\_2024\_servico\_controle\_qualidade\_radiologia.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Rafael Muniz de Oliveira (XXX.165.618-XX)** em 18/10/2024 15:17 Local: UNIOESTE/H02.

Inserido ao protocolo **21.223.076-6** por: **Andressa Folchini** em: 18/10/2024 15:04.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
**<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento>** com o código:  
**1a7859d78d10af821068d78359ceb4eb**.